

# PROSPEVIVÊNCIA COM A SEMIARIDEZ, TREZE QUESTÕES A CONSIDERAR, artigo de Clóvis Guimarães Filho

Em função da profunda diversidade de condições agroecológicas e socioeconômicas que caracteriza a região semiárida e da extrema complexidade que envolve a natureza dos fatores responsáveis pela condição de pobreza das comunidades que nela habitam, a concepção de um programa de convivência exigirá uma ampla ação cooperativa transdisciplinar e multi-institucional.

A base para o desenvolvimento econômico e social do Semiárido não deve se limitar apenas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. Até por que a própria realidade fundiária do Semiárido, com estabelecimentos de tamanho médio em torno de 33 hectares, se apresenta como o grande complicador para o produtor poder criar as 250 a 300 cabras, mínimo estimado para assegurar um padrão mínimo de dignidade a sua família. O desenvolvimento econômico e social da região deve estar associado também ao crescimento das atividades econômicas não agrícolas, procurando harmonizar a escala de cada uma delas com a necessidade de neutralizar a erosão da diversidade biológica. A estratégia deverá ser o fortalecimento da natureza pluriativa do espaço rural, explorando as potenciais sinergias entre o setor primário e os demais setores da economia. Dentro dessa perspectiva, é possível identificar algumas linhas principais de ação que devem ser seguidas na busca de sistemas produtivos ou formas de uso, agrícolas e não agrícolas, que não apenas se harmonizem com o meio-ambiente do Semiárido, mas que, também, sejam capazes de propiciar, a custos competitivos, uma oferta estável de bens e serviços para um mercado cada vez mais exigente. A palavra “convivência”, aliás, pode passar uma ideia de acomodação, de tolerância mútua, e não de progresso efetivo, perfeitamente possível, dado o seu enorme potencial ainda hoje, em sua grande parte, praticamente desconhecido. Talvez “prospevivência” fosse um termo mais adequado, considerando que o que deve se buscar é uma convivência produtiva,

As políticas públicas e programas de apoio às atividades agropecuárias desenvolvidas até hoje no Semiárido nordestino, além de dispersas e superficiais, têm se caracterizado por uma concepção predominantemente assistencialista e por uma excessiva setorização, pelo que, em termos de resultados, não propiciaram nenhuma mudança de real impacto no padrão de vida do produtor e de sua família. Pelo contrário, a baixa eficácia desses programas tem colocado sob ameaça de desaparecimento um enorme potencial de trabalho e produção, representado por mais de um milhão de unidades agrícolas de base familiar. Alguns programas até que são bem concebidos mas sua operacionalização é um desastre, por conta da baixa qualificação da maioria dos gestores, escolhidos mais por critérios político-partidários. É evidente o enorme esforço dos novos programas que estão sendo levados a efeito na região em não repetir os mesmos equívocos, mas eles ainda não conseguiram extirpar alguns pontos vulneráveis que persistem e comprometem os seus resultados, entre eles:

- A não priorização da busca de uma autogestão que permita ao grupo de atores locais assumir gradativamente o protagonismo do processo, reduzindo, em ritmo compatível, a dependência das instituições públicas;
- A visão curta de um horizonte meramente quadrienal para o alcance de seus resultados;
- A massificação imediata, sem os meios necessários, do contingente de beneficiários em detrimento de áreas-piloto iniciais com expansão gradativa subsequente à base de ajustes e correções;

- A limitação das ações de apoio ao segmento “dentro da porteira”, ignorando ou negligenciando os demais segmentos das cadeias produtivas;
- A inexistência de um sistema simultâneo e eficaz de monitoramento e de avaliação de impactos das ações empreendidas.

Na formulação de uma política visando uma convivência efetivamente produtiva com o semiárido as medidas que se seguem podem ser consideradas como fundamentais, devendo ser discutidas e aprimoradas dentro de um contexto de espaços natural e culturalmente diversificados que caracterizam a região:

**(1) Reordenamento dos espaços agro econômicos:** A heterogeneidade da região implica heterogeneidade nas soluções. As estratégias tecnológicas a serem levadas para cada espaço, portanto, têm que ser diferenciadas. O zoneamento dos espaços agro econômicos, indicando os espaços próprios para cada atividade, com o conhecimento acabado de suas limitações e potencialidades, constitui, portanto, um passo indispensável para subsidiar o direcionamento das políticas públicas de apoio ao segmento rural. A diversidade da região implica a existência de espaços para as mais diversas formas de uso, agrícolas e não agrícolas. O Semiárido inclui espaços onde a agricultura irrigada é a alternativa mais indicada, embora esses espaços sejam apenas uma fração muito pequena da área total (2 a 3% do semiárido). Há espaços, também, onde é possível se fazer uma lavoura dependente de chuva com razoáveis chances de sucesso (“ilhas úmidas”, brejos de altitude). As maiores extensões são indicadas, contudo, para a atividade pecuária, com zonas onde seria possível uma pecuária menos extensiva, a base de pastos cultivados, e zonas para uma pecuária um pouco mais extensiva, associada à exploração da caatinga, dentro de um enfoque de múltiplo uso (extrativismo de madeira e energia, apicultura, frutas nativas). Há ainda porções significativas, de ecossistemas mais frágeis, onde a indicação estaria limitada às atividades de preservação e proteção da flora e da fauna silvestres, nem por isso desprovidos de viabilidade econômica. Em alguns desses espaços despontam, também, potencialidades ligadas à exploração mineral (gesso, fosfato, cobre, gemas, pedras ornamentais) e ao ecoturismo (parques ecológicos, sítios arqueológicos, históricos, espeleológicos e muitos outros vinculados a valores estéticos e culturais) e ao agro turismo. Levantamento preliminar indica que no Semiárido há cerca de 16 milhões de hectares (16%) com bom potencial agrícola, 43 milhões de hectares (44%) com potencial agrícola limitado, mas passíveis de exploração, sob determinadas condições, e cerca de 35 milhões de hectares (36%) com fortes restrições, praticamente inaptos ao uso agrícola. Zoneados os espaços para cada atividade econômica, políticas públicas de apoio seriam então formatadas ou ajustadas às demandas e especificidades de cada cadeia produtiva, aí sim, contribuindo de uma maneira mais efetiva para proporcionar a melhoria nos processos de aproveitamento do bioma caatinga e de gestão do espaço rural, como um todo, para a criação e/ou retenção de um maior número de ocupações e empregos na área rural, reduzindo ou neutralizando o fluxo migratório dessas áreas para os núcleos urbanos maiores e para os perímetros irrigados.

**(2) Reformulação das estratégias atuais de enfrentar as estiagens prolongadas:** Estiagens prolongadas demandam a criação de comitês municipais ou intermunicipais para, articulados com um comitê estadual, monitorarem e avaliarem a dimensão e abrangência do fenômeno e coordenarem o uso estratégico dos recursos, a mobilização de parcerias e o procedimento de ações que visem, entre outras, a garantia de suprimentos estratégicos e o não aviltamento dos preços dos produtos locais. Entre as principais tarefas desses comitês de convivência com a seca estariam: (a) Coordenação geral de toda a ajuda interna e externa, incluindo sua captação e distribuição ou operação; (b) Monitoramento e avaliação da intensidade e abrangência dos efeitos da estiagem nos distintos espaços da região; (c) Mapeamento, recuperação e uso coordenado da rede de poços e de reservatórios de água disponíveis na região; (d) Montagem e coordenação de

um sistema de circulação da informação entre os diversos atores nas áreas afetadas; (e) Identificação e mobilização de áreas menos ou não vulneráveis à seca com potencial de apoio à área afetada, estabelecendo, com as mesmas, acordos e parcerias; (f) Estabelecimento de garantias ao armazenamento estratégico e ao suprimento preferencial às áreas afetadas pela seca de subprodutos agrícolas ou agroindustriais que possam ser utilizados na alimentação animal; (g) Planejamento e implementação de um programa emergencial de assistência técnica e de capacitação de extensionistas e de produtores em práticas emergenciais de gestão da propriedade em épocas de seca, incluindo técnicas de aproveitamento de materiais alternativos para alimentação animal; (h) Estabelecimento de medidas apropriadas para evitar o aviltamento dos preços dos produtos e exacerbação dos preços dos insumos, especialmente os utilizados na alimentação animal. A manutenção dos preços de produtos e insumos a um nível aceitável pode ser efetivada por meio de subsídios aos canais de comercialização ou de intervenção direta do poder público, pela opção preferencial na compra de carne, leite e de outros produtos animais; (i) Estabelecimento ou garantia de um crédito específico e adequado, durante o período de estiagem, voltado para a aquisição de forragens e rações para os animais, que possibilite ao produtor preservar um núcleo básico de matrizes; (j) Formatação, ao final do período de estiagem, de um plano ou conjunto de sugestões ou recomendações visando o reinício efetivo do processo de recuperação das atividades agropecuárias em cada espaço geográfico de ação. Esse plano deve, necessariamente, focar a formação de estoques estratégicos de forragens para os períodos críticos, a prática mais importante a ser incorporada aos sistemas produtivos do Semiárido.

**(3) Integração das áreas de sequeiro com as áreas irrigadas:** A reformulação na concepção dos novos projetos públicos de irrigação, incorporando uma visão que busque integrar essas áreas com as áreas de sequeiro, é uma exigência fundamental no processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental do semiárido. Uma integração informal já existe e se manifesta nos fluxos de insumos (fornecimento de esterco, por exemplo), mão de obra, serviços, produtos, entre outros, da área de sequeiro para a irrigada. Água deve ser o principal elo de integração entre essas áreas ou espaços. A categorização do produtor no acesso à água é um procedimento que permitirá multiplicar expressivamente as áreas beneficiadas pelos projetos públicos de irrigação, hoje limitadas a verdadeiros “guetos” de uso intensivo de capital e tecnologia, rodeados de “favelas” de pobreza e de subdesenvolvimento. A ideia a ser analisada tem por base o estabelecimento de três ou mais anéis diferenciados de oferta de água, permitindo incorporar áreas mais extensas e integrar as áreas irrigadas com as de sequeiro. Sinteticamente, essa nova concepção contemplaria um primeiro anel ou núcleo central onde os beneficiários teriam acesso permanente à água de irrigação para cultivos intensivos de alto valor agregado, da mesma forma como operam hoje os perímetros convencionais. O segundo anel, maior, onde a água seria disponibilizada apenas para cada produtor irrigar uma área muito restrita (1 ou 2 hectares), preferencialmente com forragens de alta produção por unidade de área para assegurar uma menor vulnerabilidade às estiagens e uma pecuária com níveis satisfatórios de produtividade. O conjunto dessas parcelas restritas formaria uma área coletiva chamada de “pulmão verde”. O terceiro anel, ainda maior, teria disponibilidade de água apenas em “pontos d’água”, para fins exclusivos de consumo humano e animal, também de forma coletiva. Os três anéis se complementariam em termos de troca de benefícios, com ampliação e qualificação dos fluxos existentes (restos de culturas, matéria orgânica, oferta de mão-de-obra qualificada e serviços, acabamento de animais, entre outros) e criação de oportunidades de ocupação e renda para as populações locais. Um experiência com esse enfoque já está sendo implantada pela Codevasf, na região do Pontal, Pernambuco.

**(4) Valorização e certificação dos produtos típicos do semiárido:** A valorização dos produtos animais e vegetais do Semiárido através da fixação de um padrão diferenciado de qualidade e de sua certificação de indicação geográfica (denominação de

origem ou indicação de procedência) se constitui, talvez, na grande alternativa estratégica para assegurar a plena expressão do potencial dessas atividades nesse espaço e, ao mesmo tempo, de preservar os recursos da caatinga e promover o bem estar das populações que nela vivem e dela dependem. Somente a diferenciação, via um sistema produtivo menos utilizador de insumos externos e maximizador das tipicidades locais ou regionais dará condições de competitividade aos nossos produtos. São inúmeros os produtos típicos do Semiárido potencialmente elegíveis para um programa dessa natureza, destacando-se a carne de sol, os queijos de coalho e de manteiga, a manteiga de garrafa, o queijo de leite de cabra, o mel de abelhas com e sem ferrão, a manta do bode, a cajuína, a castanha-de-caju, o umbu, e o arroz vermelho, entre dezenas de outros, disseminados pelo Semiárido, que precisam ser melhor identificados, avaliados, trabalhados para fixar um padrão de qualidade e adicionados a essa lista. É incrível, a falta de iniciativas nesse sentido, mormente quando se sabe que boa parte dos nossos gestores públicos já foi à Europa para conhecer o sistema e, naturalmente, adorou degustar um jamón “pata negra”, um queijo Roquefort ou um vinho Bordeaux. Embora pródigos em elogios ao sistema, têm se mostrado absolutamente avarentos em iniciativas para sua adoção. O tema voltou a ser tratado na última edição do Agrinordeste, desta vez com nada menos que 04 conferências tratando do assunto. Mas, daí não tem passado. No Semiárido a única ação real nesse sentido optou por certificar a manga e a uva das áreas irrigadas do Vale do São Francisco, justamente produtos de um ecossistema que foi simplificado (desmatado) e que mantém pouca ou nenhuma identidade com o ambiente semiárido.

**(5) Organização social e profissional dos produtores:** A incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas de produção resultará em um impacto bastante limitado se o produtor, simultaneamente, não adotar técnicas gerenciais e organizativas que lhe permitam reduzir seus custos unitários de produção e elevar o valor de venda de seus produtos. Dentre as ações principais que permitirão uma maior inserção do produtor no mercado desponta a organização profissional do produtor e dos demais atores da cadeia. É por demais débil o nível de organização dos produtores na região semiárida. A quase totalidade das associações existentes hoje no Semiárido são apenas entidades reivindicatórias de favores políticos. A finalidade de associações de produtores é congregar produtores para comprar, produzir, beneficiar e vender juntos. Se não faz nada disso, é melhor fechar. Torna-se essencial para as economias locais a existência de entidades associativas relativamente bem estruturadas, com serviços próprios (compras conjuntas de insumos e de bens que não se justifiquem individualmente, beneficiamento e incorporação de valor agregado à produção, comercialização conjunta de produtos) que permitam a redução gradual da dependência externa de suas unidades produtivas, a redução da cadeia de intermediação e a elevação de seu poder de barganha no mercado. Para isso, são demandadas, entre outras ações, a implantação de uma política regional de estímulos à criação de associações e cooperativas e a implementação de ações de articulação e parceria com os demais segmentos das cadeias produtivas. As cooperativas de agricultores familiares, principalmente, exigem uma legislação específica para viabilizá-las. A receita estadual de Pernambuco exemplifica bem esta inadequação ao exigir comprovação de capital de 200 mil reais para conceder inscrição estadual a uma pequena cooperativa de caatingueiros. Uma simples portaria estadual conflitando com o código civil que isenta cooperativas de capital simplesmente financeiro. O cooperado tem é cota-parte.

**(6) Capacitação tecnológica e gerencial do produtor:** Estreitamente vinculada à organização, a capacitação tecnológica e gerencial do produtor é outra ação fortemente demandada. A capacitação deve ser vista não apenas como um forma convencional de ampliar os conhecimentos e habilidades do produtor, mas, especialmente no caso do Semiárido, deve servir de instrumento de mudanças de atitudes e valores, induzindo ou fortalecendo no produtor a autoconfiança, elevando o nível de suas aspirações e estimulando-o a assumir maiores responsabilidades. Não deve, também, se limitar

meramente ao ensino massivo de técnicas de produção, como tem sido até agora a tônica. Nesse processo, se fazem necessárias um pouco mais de humildade e muito mais de interatividade. São comuns os “cursos de convivência com a seca” oferecidos aos produtores pelos órgãos de ATER e outras agências de desenvolvimento. O produtor passa 50 anos vivendo na caatinga, lutando só, sem assistência técnica, quase sem crédito, escola, saúde, transporte, comunicação e outras coisas mais. Mesmo assim consegue resistir às estiagens e sustentar sua família e, até educar os filhos. Nós, técnicos “urbanoides”, nos arvoramos de habilitados a ensiná-lo a viver no Semiárido. O contrário não pareceria mais lógico? Só conseguiremos conciliar isso mudando a nossa atitude ante o produtor. Um ponto sempre lembrado como negligenciado nesses cursos é a apropriação pelo produtor de técnicas de gestão da unidade produtiva, habilitando-o a distribuir mais eficientemente os seus escassos recursos de capital e trabalho no tempo e no espaço. Dentro dessa concepção, faz-se necessário um redirecionamento drástico em todo o atual processo de capacitação dos produtores rurais do Semiárido, considerado, no geral, como de baixa eficácia.

**(7) Desburocratização do crédito:** O sistema de crédito para o produtor da região tem sido relativamente escasso, excessivamente burocratizado e inadequado às circunstâncias dos produtores. Dois bilhões deixaram de ser usados em 2013 pela devastadora burocracia bancária. Alguns funcionários parecem verdadeiros alienados da sua missão. O crédito precisa ser ampliado e simplificado, transformando-o em um instrumento ágil e efetivo de estímulo à eficiência técnica e gerencial da atividade. Não considerar a seca como uma anormalidade, mas, sim, como mais um fator de produção, é o primeiro passo. A inclusão de garantias evolutivas e a eliminação da exigência de recursos próprios para investimentos, da cobrança de taxas diversas e do excesso de garantias exigido também ajudariam muito. Levar alguns gestores bancários a dar pelo menos uma passadinha em um “chiqueiro de bode”, para receber “inspirações” de maior utilidade seria um bom começo na busca da desburocratização. A agilização do processo de concessão do crédito, tanto aumentando o número de funcionários quanto qualificando-os em relação à realidade do campo é, portanto, a grande tarefa. A opção que está sendo praticada, terceirizando os serviços técnicos de concessão do crédito mediante contratação de organizações não governamentais, não passa de um paliativo.

**(8) Mais presença e qualificação da assistência técnica e extensão rural:** Processos produtivos eficientes não são possíveis sem o apoio de uma rede de apoio técnico devidamente qualificada e estreitamente relacionada com as comunidades ou organizações de produtores. Uma assistência técnica que seja capaz de implantar estratégias que privilegiem: (a) um modelo de exploração fundamentado em bases agroecológicas, buscando a conservação da biodiversidade; (b) em um sistema produtivo diversificado, buscando a redução dos riscos climático e econômico dos seus cultivos e criações; (c) em uma produção voltada para o mercado, buscando atender os requisitos mínimos de qualidade, preço competitivo e estabilidade na oferta do produto; (d) em uma mudança incremental nos padrões de adoção de tecnologia, priorizando as tecnologias de processo sobre as tecnologias de produto; (e) na valorização dos produtos locais, buscando a oferta de produtos diferenciados; (f) na interação com os perímetros irrigados e com as unidades de conservação que o cercam e (g) no protagonismo do produtor beneficiário. A atual rede pública de ATER na região está muito distante de atender esse requisito, pela sua absoluta insuficiência tanto quantitativa quanto qualitativa. O mesmo acontece com a tentativa de substituí-la por organizações não governamentais, uma vez que esses fatores limitantes persistem. Ou põe gente boa, experiente, paga de acordo com seus méritos, para, em harmonia com o ambiente, interagir com o produtor em busca do mercado ou não vai sair nada de concreto em escala significativa.

**(9) Fortalecimento dos instrumentos de apoio à produção e à comercialização dos produtos locais:** As compras institucionais de produtos da agricultura familiar constituem um dos melhores instrumentos para induzir maior eficiência na organização e na produção no segmento. Os programas, contudo, são muito mal operados. Normas sempre mudando, atrasos constantes nos pagamentos, limitações absurdas de cotas de entrega de produtos, infraestrutura deficiente para receber e armazenar os produtos adquiridos e pessoal insuficiente e não qualificado, são uma constante. Esses problemas que se observam no PAA e em outros programas públicos similares são frutos da combinação do excesso de exigências burocráticas dos ministérios com a lerdeza e o despreparo da maioria dos estados e prefeituras para operá-los. Como é possível montar um plano de enfrentamento da estiagem e atrasar os pagamentos dos produtos adquiridos aos produtores? Pior ainda, paralisar as compras em plena estiagem. Induzem os produtores a investir em unidades de beneficiamento, equipamentos, rebanhos, cercas e aguadas e depois paralisam as compras sem maiores explicações. Quem paga os prejuízos? Mais grave, como resgatar a credibilidade do produtor? Outros pontos a considerar são os ajustes necessários para a simplificação das normas para agro industrialização dos produtos. As exigências sanitárias precisam ser revistas uma vez que constituem barreiras legais à regularização fiscal e sanitária dos produtos da agricultura familiar. Esses produtos, em sua maioria artesanais, clamam por uma regularização específica. Os serviços de inspeção têm que mudar de atitude e passarem a atuar mais como orientadores e estimuladores da formalização das atividades de beneficiamento dos produtos, oferecendo, através de uma legislação adequada, a oportunidade de etapas intermediárias até atingirem o padrão final exigido. Minas Gerais e Santa Catarina já têm legislação bem avançada sobre produtos artesanais.

**(10) Restruturação dos órgãos de monitoramento e gestão ambiental:** Um eficiente sistema de monitoramento ambiental é fundamental para que todas as ações de desenvolvimento do Semiárido sejam conduzidas de uma maneira segura e para que possam ser procedidos os ajustes e correções necessários à perenidade de seus resultados. Urgem, portanto, ações voltadas para adequação do MMA e/ou outras instituições públicas, à essa missão, compreendendo a formação de quadros técnicos efetivamente qualificados e quantitativamente mobilizáveis para ações em pontos estratégicos da região. O quadro ambiental hoje no Semiárido é de semi devastação. A tendência é piorar, já que agora até as prefeituras estão absorvendo poder de autorização para supressão da vegetação. Parece um contra senso (e é): os órgãos ambientais, federal e estadual, querem que o produtor preserve a caatinga, mas não concedem autorização de supressão para que ele possa cercar sua área. Como então proteger a caatinga sem cercá-la? A caatinga já perdeu mais de 45% dos seus 82 milhões de hectares originais e a festa continua, ao ritmo estimado de 267 mil hectares desmatados/ano. O riacho Pontal, um dos principais afluentes do São Francisco em Pernambuco, está condenado como o grande receptor de toda a drenagem natural oriunda dos perímetros irrigados vizinhos e a exploração espoliativa de suas margens. Nada é feito. Para o MMA o problema do desmatamento deve-se a falta de alternativas energéticas para a região, o que dificulta e torna quase impossível a solução do problema. Reservas e outras formas de áreas protegidas não funcionam, mormente no Semiárido, onde, com raras exceções, a sua existência ocorre só no papel. A busca de um novo padrão energético para o segmento industrial na região semiárida deve ser acompanhada de esforço similar na busca da valorização dos produtos naturais ou naturalizados da caatinga. Somente quando esses produtos tiverem um padrão de qualidade e um valor comercial efetivamente superior ao da lenha ou do carvão, a preservação do bioma poderá ser assegurada. Como obter esse padrão sem cercar a área?

**(11) Contextualização da educação rural:** A educação contextualizada utiliza a pedagogia da alternância a qual prioriza a educação como instrumento social de

construção e troca de conhecimentos e saberes que valorizam também o saber do homem do campo. A grade curricular deve ser construída não apenas nos livros didáticos mas também nas necessidades sociais que a realidade local busca atender. Só assim será possível reconstruir a educação sobre valores e concepções não equivocadas. Isto exige a rediscussão do modelo de gestão das escolas, buscando uma cogestão efetiva com as comunidades. Só assim será possível neutralizar ou reduzir parcialmente o intenso fluxo migratório dos jovens para os núcleos urbanos e, ao mesmo tempo, estimular uma maior participação das comunidades locais no esforço de melhorar os sistemas produtivos locais e de preservar a biodiversidade da caatinga, seriamente ameaçada. Não existe mais mão de obra disponível no Semiárido e os produtores estão ficando velhos e sós. A implantação da educação contextualizada nas escolas rurais até agora tem sido objeto apenas de muita conversa e quase nenhuma ação. Praticamente todas as secretarias estaduais de educação do Nordeste têm, no papel, a educação contextualizada como uma prioridade. Na prática, quase nenhum apoio às unidades escolares que tentam implantar essa forma de educar. A formação adequada do jovem rural é pré-requisito indispensável para a consecução dos objetivos de qualquer programa de convivência com o Semiárido.

(12) **Implantação do seguro bode:** Os governos, federal, estaduais e municipais, pagam anualmente seguro garantia-safra a mais de 700 mil agricultores familiares do Semiárido e, por incrível que pareça, ainda fazem ruidosa publicidade dessa ação que pode ser considerada como um prêmio a um insucesso planejado. Os cultivos de milho e do feijão em, pelo menos, dois terços do Semiárido só têm chance de sucesso em três de cada dez anos de cultivo, é o que diz a Embrapa. O seguro, porém, é aplicado para qualquer área do Semiárido, sem critérios claros e rígidos de zoneamento e na grande maioria dos cultivos, nas zonas mais secas, o agricultor familiar não conta com qualquer apoio técnico. Por que a persistência deste programa que estimula o cultivo do que não dá, para pagar o seguro porque não deu? Por que não limitam o seguro às áreas onde essas colheitas sejam agronomicamente mais viáveis e nas áreas mais secas implantam um seguro mais coerente com aquilo que realmente é estratégico para a vida do produtor que nelas habita? Os produtos mais básicos para sua sobrevivência são o caprino, o ovino, o esterco, o mel, a galinha e o umbu. Esses são, sim, exemplos de produtos que efetivamente garantem a sobrevivência, e, se bem orientados, a acumulação dos meios de produção das comunidades do Semiárido. Seria um programa que poderia genericamente se chamar seguro “garantia-bode” ou “seguro-bode”, um termo que sintetiza aquilo que realmente o produtor familiar precisa, pois quando a falta de chuvas induz uma escassez desses produtos, o produtor e sua família têm realmente comprometida a sua sobrevivência. Quem sabe se não poderíamos incluir um “seguro-palma”, inclusive para casos de ataque de cochonilha? Na contramão, os programas estaduais de “melhoramento genético dos rebanhos” continuam cada vez mais fortes, agravando ainda mais o problema da criação nos períodos de escassez, já que, sem ações simultâneas de melhoria da alimentação e manejo, tais programas contribuem apenas para reduzir o caráter rusticidade dos rebanhos miscigenados, tornando-os bem mais vulneráveis às estiagens. Sem falar na contínua erosão genética que descaracteriza o tipo naturalizado do caprino da caatinga com inegável potencial de conquistar, se bem trabalhado, os mais exigentes mercados. O continuísmo de programas como a distribuição indiscriminada de sementes de milho e feijão, de “horas máquina”, de animais “melhoradores”, de carros-pipa, de cestas básicas, de bolsas isso e bolsas aquilo apenas sugere o completo desconhecimento da realidade do semiárido e do seu potencial em recursos naturais e humanos para viabilizá-lo social e economicamente.

(13) **Aumento da oferta de água:** Naturalmente esta linha de ação é tida como a mais urgente, considerando-se o atual processo de degradação a que estão sendo submetidos os recursos físicos e bióticos do Semiárido. Já é tempo de, pelo menos, começarmos a falar em reuso de água. Com a estiagem se generalizando, o comprometimento já atinge

toda a rede hídrica, a ponto de, neste ano, estar pondo em risco até a irrigação dos perímetros à jusante da barragem de Sobradinho. A recuperação e a implantação de um sistema de utilização racional das grandes bacias hidrográficas do Nordeste, São Francisco e Parnaíba é uma medida já bastante discutida no que tange à sua necessidade e bem equacionada em termos dos tipos de ação a serem implementados ao longo desses rios e de seus afluentes. Estes incluem, principalmente, a recuperação da mata ciliar, desassoreamento, redução da contaminação por efluentes urbanos e agrícolas e o combate à pesca predatória. Ações análogas devem ser estendidas a todas as demais bacias da região, incluindo as micro bacias, procurando-se acelerar os processos de criação e operação dos comitês de manejo de bacias, pelos estados e municípios, conforme já previsto em legislação federal. Paralelamente, deve ser implementado um amplo programa de expansão da oferta de águas superficiais e subterrâneas e de incremento na eficiência de seu uso. A ação, entre outras medidas, deve abranger: (a) a construção de açudes, barragens sistema base-zero, barragens subterrâneas, poços amazonas e pequenas e médias adutoras; (b) a recuperação de mais de 40 mil poços tubulares fora de operação existentes e a perfuração de mais poços, com ênfase especial no aproveitamento do potencial das bacias sedimentares, hoje subutilizado; (c) a intensificação da implantação de sistemas simplificados de captação, armazenamento e uso econômico da água de chuva, tipo calhas de captação em telhados, com tanques-reservatório ou cisternas, que poderiam, inclusive, ser incluídos, obrigatoriamente, nos financiamentos – esses sistemas devem abranger, também, os pequenos e médios núcleos urbanos e não apenas as propriedades; (d) a implantação de programas específicos visando aumentar a eficiência da irrigação, da estação de captação à parcela de cultivo, nos perímetros públicos e privados, abrangendo também os sistemas de pequena irrigação ao nível de propriedades.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As 13 questões acima levantadas não esgotam o arsenal de temas essenciais ao desenvolvimento do Semiárido. Elas devem ser vistas, prioritariamente, sob o ponto de vista de seu conjunto. Nenhuma delas, isoladamente, propiciará benefícios significativos ou ganhos perenes. A complementaridade e a sinergia entre elas constituem o fator decisivo que permitirá atingir os objetivos maiores de um programa de convivência produtiva com a semiaridez: a preservação dos recursos de solo, água, flora e fauna e o bem estar das populações que deles dependem. As ações sugeridas devem, ainda, incorporar o controle social, exercido através de uma efetiva participação das organizações de produtores, das organizações não-governamentais e dos demais segmentos, pretensamente beneficiários das mesmas, nos conselhos, comitês e demais instâncias que forem estabelecidas. Como se vê, o problema mesmo é de gestão, porém com um caminho longo e complexo. Os recursos financeiros demandados devem ser significativos, mas perfeitamente captáveis. Há, ainda, fortes implicações no seu componente político, já que não permite vislumbrar muitos resultados a curto prazo. Este caminho não é, contudo, impossível de ser percorrido.

**Clovis Guimarães Filho, Médico-Veterinário, M.Sc em Produção Animal, pesquisador da Embrapa Semiárido, consultor em caprino-ovinocultura. [clovisgf@uol.com.br](mailto:clovisgf@uol.com.br)**